ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Estudos Feministas sobre a Questão Urbana: Abordagens e Críticas

Autores:
Carolina Alvim de Oliveira Freitas - Universidade de São Paulo - carolinaaof@gmail.com

Resumo:

O artigo apresenta estudos feministas que se dedicaram à questão urbana. Autoras de diversas nacionalidades escreveram a respeito das possibilidades de entrecruzamento entre categorias do pensamento feminista e os conceitos das pesquisas sobre o espaço. A diversidade de análises é classificada em três grupos: há estudos que foram feitos a partir de projetos habitacionais e planos urbanísticos; há outros que se detêm na discussão epistemológica, como a crítica à produção do conhecimento geográfico; e um terceiro grupo, formado por estudos sobre a condição feminina nas cidades contemporâneas no contexto de globalização. As semelhanças entre eles giram em torno da crítica à perspectiva masculina dos clássicos sobre o urbano, mas também se utilizam comumente da dicotomia entre feminino e masculino como parâmetro para desenvolverem outras dualidades, como público e privado, produção e reprodução e tempo e espaço. Ao fim, o artigo procura expor uma crítica, estabelecendo um diálogo sobre como essas pesquisas superam ou não os clássicos sobre o urbano a quem centram seus questionamentos teóricos e metodológicos.

ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE A QUESTÃO URBANA:

Abordagens e Críticas

INTRODUÇÃO

O presente artigo é produto de uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos feministas que se dedicaram ao espaço urbano. Autoras de diversas nacionalidades, especialmente a partir da passagem da década de 1970 para 1980, começaram a escrever a respeito das possibilidades de entrecruzamento entre categorias fundamentais do pensamento feminista e os conceitos empregados nas pesquisas sobre o espaço da cidade. A intenção é apresentar as diferentes abordagens que gerações de geógrafas, arquitetas, urbanistas e sociólogas urbanas elaboraram, contribuindo para o avanço de conexões entre os dois campos do conhecimento.

A diversidade de análises é aqui organizada a partir de uma proposta de classificação: há estudos que foram feitos como subsídio a projetos arquitetônicos habitacionais e a planos urbanísticos para determinados bairros e cidades; há outros que se detêm mais especificamente em uma discussão epistemológica, como é o caso da crítica à produção do conhecimento geográfico; e sugere-se ainda um terceiro grupo, que seria formado por estudos que buscaram enfatizar a condição feminina nas cidades contemporâneas e no processo contemporâneo de globalização.

O que se conclui, posteriormente à apresentação de cada um dos três grupos propostos, é que as semelhanças entre eles giram em torno da crítica à perspectiva masculina dos clássicos sobre o urbano, mas também se utilizam comumente da dicotomia entre feminino e masculino como parâmetro para desenvolverem outras dualidades, como *público e privado*, *produção e reprodução* e *tempo e espaço*.

Justamente pelo fato de incidirem sobre esses pares de maneira dual (ou dualista) é que o artigo procura expor uma crítica aos estudos pesquisados, estabelecendo com eles um diálogo sobre como superam ou não os clássicos sobre o urbano a quem centram seus questionamentos teóricos e metodológicos.

O GÊNERO NA ARQUITETURA E NO PLANEJAMENTO URBANO

Dolores Hayden, professora de arquitetura e urbanismo da Universidade de Yale, é possivelmente a autora mais conhecida no tema. Foi responsável pela primeira sistematização sobre as contribuições teóricas feministas na questão urbana (HAYDEN, 1984) e é referenciada em diversos estudos a partir de seu artigo *What would a non-sexist city be like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work* (HAYDEN, 1981), uma espécie de manifesto, publicado em 1981.

Hayden desenvolve neste texto a disparidade entre o processo de suburbanização nas cidades dos Estados Unidos no pós-guerra e a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho no mesmo período, especialmente a partir da década de 1970. Ela critica o processo de produção capitalista do espaço, a partir de um padrão industrial de subúrbios residenciais, e analisa como este espaço foi fabricado a partir de uma concepção hegemônica sobre a família, sobre o consumo familiar e os papeis sociais femininos.

A casa suburbana das famílias brancas era uma "caixa vazia a ser preenchida por mercadorias" (HAYDEN, 1981). Os produtos que rechearam a habitação deveriam ser consumidos pelas mulheres, considerando o zelo doméstico como sua missão histórica, enquanto os homens ganhariam salários como funcionários qualificados na indústria, suficientes para a garantia da renda familiar e do padrão de consumo exigido. Esta representação espacial da família branca nos Estados Unidos, embora produzida incessantemente pelas políticas governamentais, pela indústria e seus mentores, não correspondia à realidade. Hayden alerta que as demandas novas de consumo impunham às mulheres a necessidade de sair de casa para trabalhar e complementar a renda familiar.

Muitas mulheres trabalhadoras que passaram a morar nos novos bairros suburbanos eram forçadas a longos deslocamentos, exigidos pela segregação dos espaços de trabalho e de habitação. Desde ali, a possibilidade que restava para a conciliação entre trabalho e família era a compra de serviços de manutenção e cuidados. A mercantilização da educação das crianças, do acompanhamento de idosos, do tratamento de doentes e da manutenção do ambiente doméstico era feita mediante a exploração de outras mulheres, ainda mais oprimidas do que estas trabalhadoras suburbanas.

Hayden descreve, a partir dessa observação sobre o subúrbio residencial, uma situação paradoxal produzida pelo modelo urbano que formatava a condição feminina: a imposição do papel doméstico não poderia ser superada a não ser no caso de a posição social da mulher ser transformada e, por outro lado, esta posição social não poderia mudar caso as responsabilidades domésticas continuassem sendo base de sustentação do modelo hegemônico de família.

A saída propositiva encontrada pela autora é desenvolvida ao fim do manifesto, quando expõe seu projeto de cidade não sexista. Este projeto deveria contar com o engajamento técnico e político de arquitetos e urbanistas, que deveriam orientar seu trabalho considerando também a experiência de mulheres não inseridas nesse padrão industrial de família (configurada pelo homem provedor, a mulher do lar e seus filhos).

Grupos de ativistas e técnicos deveriam ser responsáveis por quarteirões nesses subúrbios, de modo a modifica-los por meio de projetos de reforma ou planos de construção

de novos espaços habitacionais. O objetivo, nas duas hipóteses, seria o mesmo: congregar as atividades da vida social, unindo habitação ao trabalho e aos serviços essenciais, como mercados, creches, restaurantes comunitários, transportes, além de áreas verdes. Sua ideia nuclear é que estes espaços e serviços fossem fonte de emprego para os próprios moradores da área onde o projeto fosse implementado, por meio de cooperativas, resolvendo assim dois problemas: a separação entre moradia e trabalho para as mulheres e a ausência de serviços e comércios essenciais na zona habitacional.

Hayden não é a única urbanista a considerar que o planejamento do espaço poderia resolver dilemas dos papeis sociais paradoxais desempenhados pelas mulheres. Mais contemporânea do que ela, Zaida Muxí, professora da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, defende que a perspectiva feminista baseie a atividade do urbanismo. Considera que a escala da "proximidade", da realidade cotidiana, deve ser o pressuposto político de elaboração de projetos técnicos. Isto só poderia ser alcançado pela combinação do trabalho arquitetônico com a participação popular, da comunidade interessada no espaço projetado e das suas experiências de vida.

A arquiteta considera importante no planejamento das cidades levar em conta a característica da experiência urbana feminina, que é sempre compartilhada: bebês, crianças, idosos, compras, sempre dividem o espaço por onde as mulheres se deslocam. Portanto, calçadas largas, iluminação pública, faixa de pedestres, ruas arborizadas são elementos a serem considerados no planejamento, bem como a dinâmica de trajetos mais complexos, que não apenas o pêndulo entre a casa e o trabalho, visto que as mulheres costumam aproveitar caminhos para conseguir desempenhar suas múltiplas atividades. Evocando Jane Jacobs, Muxí considera que

> A cidade tem que ser como uma cebola com milhares de camadas iguais e diferentes ao mesmo tempo: iguais em relevância e imprescindibilidade e diferente nos usos, nos usuários e nos tempos de uso, assim garantiremos, como diria Jane Jacobs, uma dança urbana constante (MUXÍ, 2011) (tradução nossa)[1].

Com estas preocupações, Muxí recobra a função ética do urbanismo, de projetar cidades inclusivas, receptivas às diversidades sociais, considerando o "direito à cidade" como um direito humano, não de um "sujeito universal homogeneizador das necessidades", mas das pessoas reais, especialmente das mulheres.

Para tanto, o planejamento urbano deveria, em sua opinião, não apenas colecionar quantitativamente as necessidades das políticas e espaços públicos (equipamentos, serviços, acessibilidade), mas também assentá-las no cotidiano de quem vive e participa da cidade, de modo que o uso do tempo das mulheres e das pessoas em geral não fosse ineficiente por conta da funcionalidade única dos deslocamentos feitos no espaço urbano.

[1] No original: "La ciudad tiene que ser cono una cebolla con miles de hojas iguales y diferentes a la vez: iguales en relevancia e impresindibilidad y diferentes en los usos, en los usuarios y usuarias y en los tiempos de utilización, de este modo garantizaremos, como diria Jane Jacobs una danza urbana constante" (MUXÍ, 2011).

Ainda tece considerações a respeito da adaptação dos espaços e ruas públicas, dos equipamentos e serviços necessários ao apoio do trabalho doméstico, modais de transporte público, segurança e ainda sobre a concepção de habitação, sobre a qual considera fundamental que projetos aproveitem os edifícios para gerar espaços de relações de vizinhança e passagens aproveitáveis na mediação entre o público e o privado. Todas essas necessidades devem, no entendimento da arquiteta, passar por processos de participação da comunidade, de modo que reflitam o conhecimento acumulado sobre o território.

Além dos projetos urbanísticos teorizados pelas autoras acima, houve experiências notáveis de projetos realizados com o intuito de promover cidades e habitações mais igualitárias para mulheres. Com mais frequência, cita-se o caso da cidade de Viena na década de 1990 (FORAN, 2013). Compreendendo as diferenças nos deslocamentos entre homens e mulheres, sendo estas muito mais usuárias de calçadas, ônibus e metrô do que de carros privados (como são os homens), os planejadores urbanos da capital da Áustria, por meio de um plano conhecido como *Gender Mainstreaming* nos anos 90, projetaram iluminação pública noturna, alargamento de calçadas e rampas, em um contexto de criação de leis e decretos que buscavam orientar a igualdade de gênero no funcionamento de âmbitos diversos, como saúde e educação.

Mais de 60 projetos urbanísticos nesse processo municipal foram lançados e acabaram por redesenhar significativamente a cidade ao longo das últimas décadas. Os urbanistas estudaram cientificamente os usos dos diferentes espaços públicos de Viena antes de elaborarem os projetos.

Uma dessas iniciativas foi um complexo de apartamentos concebido por e para mulheres, chamado *Women-Work-City*, em 1993. Projetado pela arquiteta Franziska Ullman, os edifícios construídos são cercados por pátios e gramados, onde mães e pais podem brincar com seus filhos sem ter de se deslocar para longe. O complexo, além da área de recreação, possui farmácias e postos médicos e está em um local próximo ao transporte público.

Outra iniciativa feita pelo projeto vienense foi a remodelação dos seus parques públicos, visto que se notou, numa pesquisa elaborada à época, que esses espaços ao ar livre eram muito mais utilizados por meninos do que por meninas, diversificando, para solucionar essa situação, os usos possíveis nestes locais.

A experiência do planejamento urbano em países centrais do capitalismo mundial parece distante da realidade brasileira, mas uma das primeiras profissionais do urbanismo no Brasil a sugerir a relação possível entre o acesso aos espaços urbanos e a condição social das mulheres foi responsável pelo planejamento da cidade de Santo André, na mesma época em que os planos de Viena começaram a ser implantados com essa perspectiva:

> [...] jamais o movimento de mulheres do país havia discutido a gestão e reordenação democrática do espaço urbano. Um trabalho árduo e que culminou com a inclusão de um plano setorial no Projeto de Lei do Plano Diretor, intitulado Plano Municipal dos Direitos da Mulher, enviado à Câmara no primeiro semestre de 1991. Representando um amadurecimento na discussão mulher e cidadania, este é, até o momento, o único Plano

> Diretor do país a contemplar a questão específica da mulher (SANTO ANDRÉ, 1992).

Sônia Calió, geógrafa brasileira, foi consultora nessa experiência e fez seu doutorado voltado a esse tema na mesma época. O *Plano Municipal dos Direitos da Mulher* foi incorporado ao Plano Diretor da cidade e seu saldo se deu em várias frentes: um banco de dados que especializou as estatísticas sobre mulheres, a priorização das mulheres em programas habitacionais e incentivo às cooperativas de habitação que desenhassem com cuidado as necessidades femininas, facilitação ao crédito para financiamento, combate à ociosidade de terrenos baldios para remediar a violência a que as mulheres estão submetidas no espaço público, plano de iluminação pública, equipamentos sociais próximos aos bairros residenciais (inclusive lavanderias e restaurantes coletivos), projetos de criação de renda, espaços livres de lazer, entre outros.

Calió ressalta que todas as lutas das mulheres por espaços que instrumentalizam o combate à desigualdade de gênero são lutas urbanas:

> Apesar das mulheres não terem "consciência formal" da segregação espacial que o urbano lhes impõe e não a explicitarem em seu discurso, seu conteúdo está presente nas lutas travadas pelos seus movimentos organizados. São formas de apropriação do espaço traduzidas por uma verdadeira re-leitura indireta do urbano patriarcal (CALIÓ, 1992, p. 07).

Terezinha Gonzaga, arquiteta da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, em obra referencial sobre os estudos do planejamento urbano feminista no Brasil, *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero* (GONZAGA, 2011), adiciona à experiência do município de Santo André o processo de elaboração do Plano Diretor de São Paulo em 2002, quando o movimento de mulheres, junto com a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura, formou um grupo de trabalho para formular diretrizes feministas no Plano.

Além desse episódio, Gonzaga relata outras circunstâncias da prática feminista no urbanismo em São Paulo, como no orçamento participativo na prefeitura em 2003, o Mutirão *Sonho Meu* da CDHU, entre 1996 e 1998, o projeto de urbanização do Jardim Boa Esperança no Campo Limpo em 1993, o Plano de Ação Urbano na Brasilândia em 2003, além de iniciativas do movimento popular urbano, como a criação de frentes feministas no movimento de moradia e as atividades de formação do movimento de mulheres, sendo a experiência dos cursos anuais das *Promotoras Legais Populares* um dos exemplos.

A combinação entre a mobilização política de mulheres na base das comunidades, a prática ética na profissão do urbanismo e a recepção do entendimento da desigualdade entre homens e mulheres pelas políticas públicas parece sintetizar, portanto, a abordagem comum entre as autoras do primeiro item.

O GÊNERO NA GEOGRAFIA

Este segundo grupo é compreendido a partir das contribuições das geógrafas, especialmente as pesquisadoras britânicas dos anos 70 e 80. O que há em comum entre elas é o fato de estruturarem suas obras a partir da crítica a uma epistemologia clássica masculina e de defenderem uma ótica feminista para a produção do conhecimento geográfico, que adote como objeto de estudo as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, criticando, desde aí, o próprio sujeito produtor do conhecimento – tradicionalmente, os homens intelectuais que lançaram as principais teorias sobre o espaço.

Gillian Rose, geógrafa inglesa da Universidade de Oxford, publica em 1993 seu livro *Feminism and Geography: The Limits of Geographycal Knowledge* (ROSE, 1993). Nele, descreve a história do pensamento geográfico e problematiza a maneira política como os homens pensadores da geografia afastaram os estudos feministas no ambiente acadêmico, desconsiderando em seus trabalhos a cisão fundamental entre o espaço público e o privado – sustentáculo teórico da produção de conhecimento pelo feminismo.

Rose tem pelo menos duas contribuições a serem destacadas no livro: a primeira é sua interpretação sobre identidade, a qual defende como método de um exercício teórico relacional, ou seja, como instrumento articulador entre desigualdades e diferenças de sujeitos, e não como qualidade individual, restritiva. A segunda contribuição advém desta interpretação sobre a identidade e se volta mais ao plano prático da observação científica: ela se debruça sobre a noção de cotidiano, sobre a experiência mundana, ordinária de vida das mulheres, contra as abordagens que fazem destacar o poder, o extraordinário, o prestígio historicamente relegado aos homens, em uma sociedade cujo maior valor é o "ser masculino".

A autora ainda desenvolve no livro, a partir do estudo do cotidiano de mulheres, como se desenha a experiência urbana feminina e como ela é restringida pelo reforço de seus papeis sociais tradicionais. A mulher, segundo suas observações em campo, trabalha normalmente em regiões próximas à moradia, usa pouco os automóveis individuais e utiliza frequentemente os modais de transporte público, quando se analisa comparativamente aos homens. Isto implica, para ela, que a ideia de *tempo geográfico* precisa ser revista, pois as atividades banais do cotidiano feminino ditadas por este tempo são precisamente aquelas que fazem reproduzir toda uma estrutura social patriarcal (ROSE, 1993, p. 19).

Outra cientista dedicada à experiência urbana das mulheres, Huguette Dagenais, antropóloga canadense da Universidade de Laval, tece uma análise focada nas tensões permanentes que atravessam a situação das mulheres na cidade. Enquanto o espaço-tempo urbano, conforme afirma, reforça a existência cotidiana feminina baseada em papeis tradicionais inscritos na esfera doméstica, a organização fragmentada da cidade contradiz esses papeis (DAGENAIS, 1980)[2].

[2] No artigo, Dagenais afirma que "De fato, nos deparamos com a contradição da existência cotidiana das mulheres nas cidades. Ao mesmo tempo em que a exclusão de mulheres do espaço-tempo urbano a traz de volta aos seus papéis tradicionais e à esfera doméstica e privada, a racionalidade que está na base da

Outra tensão que identifica é a da esfera do consumo, na qual as mulheres são usadas como peças importantes. Ao mesmo tempo em que o consumo simboliza uma aparente abertura progressiva da estrutura patriarcal, o papel desempenhado como consumidora reforçaria essa mesma estrutura na medida em que cristaliza a mulher como a responsável familiar pela garantia da subsistência, do bem-estar e do conforto. Esta atividade feita gratuitamente garante a dinâmica cíclica da economia capitalista, por meio de um vasto arsenal publicitário que multiplica necessidades domésticas. O consumo, segundo ela, ainda se volta contra as mulheres quando objetifica seus corpos, tornando-os mercadorias a serem consumidas.

Quanto à crítica ao conhecimento posto sobre o urbano, Dagenais no mesmo texto acusa os autores da sociologia urbana francesa de sobreporem a luta de classes à opressão feminina. Diz:

> No que diz respeito à sociologia urbana francófona e, mais especificamente, a francesa, o problema, na minha opinião, surge ao nível dos conceitos e das problemáticas. Mas os resultados sao essencialmente os mesmos sobre o lugar dado às mulheres. Quando os sociólogos franceses falam de "segregação" (Lojkine), "Direito à cidade" e "revolução urbana" (Lefèbvre), "Consumo coletivo" (Castells) é sempre em termos de "Classes sociais" e "luta de classes". No entanto, esta problemática é redutiva e ocultante porque coloca as mulheres implicitamente na classe social de seu marido - isso mesmo quando elas estão pessoalmente no mercado de trabalho [...] não reconhecem a dimensão patriarcal específica de sua opressão. (DAGENAIS, 1980; tradução nossa)[3].

Ao comentar o uso frequente na sociologia urbana da teoria do "consumo coletivo" de Manuel Castells (CASTELLS, 1976), que considerava em suas obras iniciais a cidade como espaço de reprodução da força de trabalho, critica o emprego simplista e estreito das noções de produção, reprodução e consumo, alegando que é economicista e não compreende a

organização das cidades capitalistas e da fragmentação espacial das atividades urbanas se opõe ao exercício desses mesmos papéis e contradiz, de certo modo, o status social de mulheres que contribui para consagrar [...]" (tradução nossa).
No original: "Em fait, nous sommes devant la contradiction propre à l'existence quotidienne des femmes dans les villes. En même temps que l'exclusion des femmes de l'espace-temps urbain les ramène inlassablement à leurs rôles traditionnels et à la sphère domestique et privée, la rationalité économique qui est à la base de l'organisation des villes capitalistes et de l'éclatement spatial des activités urbaines s'oppose à l'exercice même de ces rôles et contredit, en quelque sorte, le statut social des femmes qu'elle contribue par ailleurs à consacrer [...]".

[3] No original: "En ce qui concerne la sociologie urbaine francophone, et plus particulièrement française, le problème, selon moi, se pose surtout au niveau des concepts et des problématiques. Mais les résultats sont essentiellement les mêmes quant à la place faite aux femmes. Lorsque les sociologues français parlent de « ségrégation » (Lojkine), de « droit à la ville » et de « révolution urbaine » (Lefèbvre), de « consommation collective » (Castells), c'est toujours en termes de « classes sociales » et de « lutte des classes ». Or, cette problématique est réductrice et occultante car elle place implicitement les femmes dans la classe sociale de leur mari - ceci même lorsqu'elles sont personnellement sur le marché du travail [...] et ne reconnaît pas la dimension patriarcale spécifique de leur oppression".

condição da mulher nessa totalidade, levando em conta que as relações de poder hierárquicas são próprias do próprio funcionamento capitalista.

Segundo a antropóloga, a produção nessa acepção de Castells seria apenas própria da esfera pública, o que silencia a produção doméstica feminina, subordinada pelas relações sociais de produção de tipo patriarcal. O conceito de reprodução também torna invisível o papel que as mulheres assumem na manutenção da força de trabalho, inclusive na reprodução especificamente biológica que concerne justamente à condição feminina. Na opinião de Dagenais, para Castells as relações entre homens e mulheres só se efetuariam mediante laços instintivos, ignorando o caráter sistêmico da desigualdade.

Essa indiferença teórica também teria levado o autor a ignorar, na exaltação dos novos movimentos urbanos no fim do século XX, a participação das mulheres em todos eles. Na polêmica de Lojkine com Castells[4], o primeiro também teria incorrido no mesmo erro, ao afirmar a centralidade do proletariado industrial nas lutas contra o Estado, sendo que as mulheres eram empregadas massivamente no setor terciário da economia e se destacavam em outras lutas populares.

Na mesma tendência, a crítica elaborada pelas geógrafas Liz Bondi e Linda Peake (BONDI & PEAKE, 1988) a Castells não se limita apenas a denunciar a negligência da sua teoria do "consumo coletivo" a respeito das questões de gênero, mas considera que a limitação da política urbana como luta pelo consumo é incorreta. Dizem que nos estudos inspirados nessa teoria os gêneros são apenas reconhecidos na chave dual entre produção e reprodução, como quando Castells afirma que "a cidade contemporânea repousa na subordinação das mulheres consumidoras aos homens produtores".

Ocorre que, para as autoras, as mulheres são consumidoras e produtoras, assim como também são os homens. Para elas, a distinção apenas entre homens e mulheres para considerar a relação entre produção e reprodução ignora também importantes diferenças sociais, raciais e étnicas[5].

Relembram que as mulheres entraram depois da segunda metade do século XX massivamente no mercado de trabalho, em especial, nas funções de cuidados, como

[4] Jean Lojkine faz uma crítica ao estruturalismo de Castells, apontando que a redução dos movimentos sociais urbanos à reivindicação de meios de consumo para a reprodução da força de trabalho inibe as possibilidades da luta de classes. Para Lojkine, o urbano não corresponde apenas à reprodução da força de trabalho, mas também à dimensão econômica da reprodução dos meios de produção. Por isso, na sua visão, Castells incorre no erro de cindir o proletariado industrial clássico dos movimentos urbanos, sendo que a unificação desses dois segmentos deveria ser defendida como estratégia transformação da estrutura social.

[5] "Consequently, production and reproduction are not, any more than production and consumption, male and female domains. Rather, gender differences are the product of the different ways in which production and reproduction combine within and affect the lives of women and men of all social and racial groups'' (BONDI & PEAKE, 1988, p. 31).
Em nossa tradução: "Consequentemente, produção e reprodução não são, mais do que produção e consumo, domínios masculino e feminino. Pelo contrário, as diferenças de gênero são o produto das diferentes maneiras pelas quais a produção e a reprodução se combinam e afetam a vida de mulheres e homens de todos os grupos sociais e raciais".

enfermeiras, assistentes sociais, professoras etc. Esse fato não reduziu o papel feminino de consumo, nem de reprodução doméstica. Pelo contrário, a ocupação majoritária em postos de trabalho não qualificados ou semiqualificados e os baixos salários pagos teriam aprofundado as tradicionais divisões sexuais do trabalho. Ao mesmo tempo, o corte de investimentos sociais e o declínio do estado de bem-estar social teria significado a transferência da responsabilidade do Estado para a família e mais concretamente para as mulheres que, contraditoriamente, foram obrigadas a deixar seus empregos para cuidar das crianças e idosos.

Sustentam também que os estudos urbanos que se preocuparam com o consumo coletivo, analisando-o objetivamente, distanciaram-no da esfera da produção e ignoraram importantes aspectos da experiência humana que se relaciona diretamente com a reprodução da força de trabalho.

Sintetizam esse apontamento demonstrando que evidências históricas revelaram que as distinções entre público e privado são maleáveis e serviram mais à dominação e ao propósito ideológico de obscurecer a discriminação contra as mulheres do que descrever a organização social. A ideia de que a política ocorre só na esfera pública e o que é privado é necessariamente apolítico teria sido desafiada pela insistência feminista de que o "pessoal é político". Segundo as autoras, a domesticidade e o cuidado com as crianças são inerentemente políticos na definição das relações de gênero e a arena pública, supostamente impessoal, também é estruturada a partir de formas particulares de interação "pessoal" (como as que silenciam as mulheres no meio sindical e em outros encontros políticos).

A partir disso, consideram que as mulheres, apesar de subrepresentadas na política institucional, são parte considerável da política informal da vida cotidiana. As lutas urbanas que eclodiram na Europa eram provas de que as separações entre público e privado, pessoal e político, estavam em crise, inclusive na produção teórica.

Linda McDowell, geógrafa e professora da Universidade de Oxford, também dialoga com a contribuição de Castells, contudo sob uma ótica ligeiramente distinta de Dagenais e Bondi&Peake, McDowell (1983) reconhece que o autor assume a importância do trabalho doméstico não pago para a manutenção da estrutura da cidade capitalista, mas problematiza que seu reconhecimento é apenas formal, porque sua posição de que a cidade é a esfera do consumo coletivo justamente implica em rejeitar o significado do trabalho doméstico.

Seu foco no consumo coletivo em vez do individual para lidar com as relações sociais de reprodução fazem concluir que a cidade é o verdadeiro agente da reprodução, omitindo-se sobre o papel da família e do patriarcado nesse contexto, visto que não apenas as mulheres realizam o cuidado familiar, mas são a maioria de trabalhadores nos serviços sociais de provisão estatal a serem consumidos.

A ideia central de McDowell é que o patriarcado e a organização do trabalho doméstico são chaves para questionar quais âmbitos da reprodução são socializados e quais permanecem privados e assim se tornam "questões urbanas", muito mais do que o foco exclusivo de Castells no "consumo coletivo". É assim que se quebra, segundo a geógrafa, o simplismo com que a dicotomia "público e privado" é geralmente tratada. Os estudos

marxistas feministas, defende McDowell, devem se debruçar sobre a interrelação entre produção e reprodução como aspectos de um processo único (MCDOWELL, 1983, p. 62).

Nesse sentido, produção e reprodução, habitação e trabalho, não seriam categorias estanques, mas em permanente mutação. O papel que a geografia regional deve desempenhar no estudo de processos locais de desindustrialização e suburbanização habitacional pode ser colocado nos termos da divisão sexual do trabalho, considerando que a relocalização industrial em muitos países correspondeu a uma reestruturação geográfica no emprego feminino.

É sobre esse aspecto que se dedicou Doreen Massey, outra geógrafa britânica muito utilizada nos estudos urbanos feministas. Massey (1994) iniciou sua pesquisa sobre espaço e gênero nos anos 70, nas investigações em que estava inserida em geografia regional, sobre a descentralização de empregos na Grã-Bretanha.

Notou que os antigos empregos nas minas de carvão entre os anos 60 e 70, ao passo que diminuíam, davam lugar para novas ocupações em regiões de tradicional desemprego crescente no país: empregos femininos. A conclusão da autora a respeito do fenômeno instaurado era de que a onda de descentralização se devia ao preço do trabalho feminino, muito mais barato do que o masculino.

Anos e anos de negociação por meio dos homens sindicalistas de que seus salários deviam ser "salários-família" fez com que os salários das mulheres fossem mais baixos e sua disponibilidade para empregos de tempo parcial maior. Além disso, a inexperiência das mulheres na lida sindical também era vantajosa para as empresas, que contavam com sua parca organização.

Sua preocupação com as relações sociais de gênero a levaram a incluir novas formas de masculinidade inscritas em outras regiões do país, como Cambridge, onde a indústria de alta tecnologia passou a empregar trabalhadores altamente qualificados, em sua larga maioria homens. Segundo Massey, "O que está sendo construído nessa região de novo crescimento econômico é uma nova versão de masculinidade, e um novo – e ainda altamente problemático – conjunto de papeis e relações de gênero"[6].

Massey também é referenciada nos estudos feministas porque elaborou um artigo em que problematiza as obras de David Harvey e Edward Soja, ambas publicadas em 1989, sobre a condição pós-moderna (HARVEY, 1996; SOJA, 1993). Esse texto, chamado *Sexismo Flexível*[7], destaca que a pós-modernidade representa uma era de estudos representativos da abertura para a diversidade de vozes contra a universalidade do sujeito da modernidade, mas que, por outro lado, a modernidade apontou para um projeto radical de transformação social que não está dado por contribuições mais recentes. Sua crítica a Harvey e Soja, de acordo com ela mesma, não é o fato de as obras não mencionarem as mulheres nessa transição de etapas

[6] No original: "What is being constructed in this region of new economic growth is a new version of masculinity, and a new—and still highly problematical—set of gender roles and gender relations".
[7] No original, *Flexible Sexism.*

históricas, mas de não abordarem o que a teoria feminista há anos vem contribuindo com esse debate.

Para Massey, a definição da pós-modernidade apenas como a compressão do tempo-espaço, como faz Harvey, é insuficiente porque não abrange a novidade pós-moderna da fusão entre ação política e atividade teórica, proposta pelos novos movimentos sociais de raça, gênero e pós-coloniais, mais relevante politicamente do que o aparato teórico marxista elaborado por intelectuais brancos e homens na modernidade. A crise na academia que estes intelectuais alegam, segundo ela, diz mais respeito ao declínio do destaque desses mesmos sujeitos do que eventuais problemas que esses movimentos práticos e teóricos apresentem no presente.

Massey considera que Soja em seu livro, ao focar estritamente em seu argumento a respeito do acúmulo do marxismo ao redor da história e do historicismo, acaba, pelo contrário, reforçando apenas o olhar sobre o espaço e num mundo onde há leis puramente espaciais, causas espaciais e relações espaciais.

Assim, Soja desvaloriza outras vozes na geografia que estiveram estudando outros temas, além de reforçar a noção individualista da produção do conhecimento, ignorando que ela é muito mais frequentemente constituída em processos coletivos. A maneira de conduzir e apresentar o conhecimento desenha um senso de centro e periferia que, segundo a geógrafa, está em contradição com o que o próprio Soja afirma em seu livro:

> Esta geografia humana crítica reconstituída deve estar sintonizada com as lutas emancipatórias de todos aqueles que são periferizados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo (e também pelo socialismo existente) – trabalhadores explorados, povos tiranizados, mulheres dominadas (SOJA apud MASSEY, 1991, p. 220; tradução nossa)[8].

Embora com essa afirmação Soja confesse que há mais complexidade do que o esquema clássico da luta no capital versus trabalho no modo de produção capitalista, não se propõe a explicar como ela ocorreria. Na opinião de Massey, o patriarcado não ganha qualquer menção, mas seria incluído nesse todo mais complexo do que a sociedade de classes.

Já Harvey, conforme desenvolve a autora, não assume nem o questionamento incompleto de Soja, reforçando o pressuposto moderno de sujeito universal para estudar a pós-modernidade. Diz ela:

> Enquanto as empreitadas de Soja no pós-modernismo, pelo menos, o provocam na necessidade de reconhecer a existência de uma multiplicidade de "autores", o modernismo de Harvey é construído (ou talvez eu deva dizer desconstruído) em torno de um pressuposto universal cujas características particulares sequer são reconhecidas. As mulheres, por exemplo, não

[8] No original: “This reconstituted critical human geography must be attuned to the emancipatory struggles of all those who are peripheralized and opressed by the specific geography of capitalism (and existing socialim as well) – exploited workers, tyrannized people, dominated women”.

> figuram no desenvolvimento do argumento, tampouco a possibilidade de leituras feministas das questões em consideração (MASSEY, 1991, p. 225; tradução nossa)[9].

Ao abordar entusiasticamente a cidade moderna como a cidade sinônima do espaço público, Harvey também estaria descrevendo uma cidade de homens, sobreposta ao confinamento feminino no lar privado e nos subúrbios. Harvey menciona diversas vezes a questão da suburbanização, mas sem considerá-la a partir da divisão entre o público e o privado. A experiência da modernidade é costumeiramente recordada por seus artefatos culturais principais, construídos por formas particulares das relações, que também definem feminilidade e masculinidade, mas que se mantêm omitidas:

> Harvey produziu uma exploração fascinante e sem dúvida econômica da relação entre definição, produção e experiência do espaço, por outro lado, ele esqueceu de outras formas, outras relações de poder nas quais o espaço também é estruturado e experenciado (MASSEY, 1991, p. 235; tradução nossa)[10].

Para Massey, a teoria que não se dissolve no localismo típico do pós-modernismo, que não abandona teorias históricas que revelaram um escopo relevante para lidar com questões como gênero e classe, mas que também é, ao mesmo tempo, sensível às diferenças, é o feminismo (MASSEY, 1991, p. 239).

Para ela, Harvey constantemente recorre ao universalismo e ao internacionalismo sem notar que um se opõe ao outro e que uma posição verdadeiramente internacionalista certamente não começa sem priorizar ao reconhecimento da diversidade (p. 240).

> No final de *A Condição Pós-Moderna*, Harvey defende a recuperação de uma forma de modernismo - o marxismo. Reconhece, também, que ele deve ser retrabalhado para tratar mais satisfatoriamente a diferença e a "alteridade", e acrescentar categorias não é suficiente simplesmente: elas deveriam estar presentes na análise desde o início. No entanto, em sua própria análise do modernismo e do pós-modernismo, uma das mais significativas "diferenças" - que gira em torno do gênero - está ausente (MASSEY, 1991, p. 238; tradução nossa)[11].

---

[9] No original: “Whereas Soja’s ventures into postmodernism at least provoque him into wrestling with the necessity of recognizing the existence of a multiplicity of ‘auters’, Harvey’s modernism is constructed (or perhaps I should say unreconstructed) around an assumed universal whose particular characteristics are not even recognized. Women, for instance, do not figure in the development of the argument, and neither does the possibility of feminist readings of issues under consideration”.

[10] No original: “Harvey has produced a fascinating, if arguably economistic, exploration of the relation between the definition, production and experience of space, on the one hand, he misses other ways, other power relations, in which space is also structured and experienced”.

[11] No original: “At the end of The Condition of Postmodernity, Harvey argues for a recuperation of one form of modernism – Marxism. He recognizes, too, that it must be reworked in order to treat more satisfactorily of difference and ‘otherness’, and that is not enough simply to add categories on: they should be presente in the

Nessa mesma linha polêmica, um outro texto de Harvey da mesma época, *From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism* (1989), é utilizado por Massey. O autor afirma nesse artigo:

> Numa sociedade limitada por classes como o capitalismo, (...) as práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. De fato, como muitos pesquisadores mostraram, as práticas espaciais podem e realmente adquirem conteúdo de gênero, racial e burocrático-administrativo (para listar apenas um subconjunto de possibilidades importantes). Mas sob o capitalismo, é a ampla gama de práticas de classe ligadas à circulação do capital, à reprodução da força de trabalho, às relações de classe, e à necessidade de controlar a força de trabalho, que permanece hegemônica (HARVEY, 1989; tradução nossa)[12].

Como já resgatado aqui, Massey se contrapõe a esta ideia, considerando que há muito mais na experiência espacial do que aquilo que o capital determina (MASSEY, 1994, p. 148) – por exemplo, o colonialismo, o racismo e as transformações nas relações de gênero. Isto dá, em diversos momentos na leitura de sua obra, a impressão de que a autora dissocia essas relações de opressão das determinações capitalistas, como se estas últimas fossem produzidas apenas a partir das relações imediatas de exploração do trabalho.

O GÊNERO NOS ESTUDOS SOBRE O URBANO EM CONTEXTO GLOBAL

As críticas das feministas dos estudos urbanos, especialmente aquelas que sugeriam mudanças históricas na dinâmica de produção espacial regional, como Massey, tiveram suas sugestões desenvolvidas em publicações mais recentes, preocupadas com conexão das mudanças dos ambientes urbanos com as mudanças nos papeis sociais femininos num nível global.

Marguerite van den Berg, professora da Universidade de Amsterdam, registra em seu livro *The Gender in The Post-Fordist Urban* (VAN DEN BERG, 2017) sua investigação sobre a cidade de Rotterdam como exemplo das alterações nas relações sociais de gênero no ambiente urbano europeu pós-fordista. Tradicionalmente industrial, a cidade vem sendo divulgada em planos de marketing como uma cidade moderna, própria para mulheres e para

analysis from the beginning. Yet in his own analysis of modernism and postmodernism one of the most significant of those 'differences' – that wich revolves around gender – is absent".

[12] No original: "In a class-bound society such as capitalism, [...] spatial practices acquire a definite class content, which is not to say that all spatial practices can be so interpreted. Indeed, as many researchers have shown, spatial practices can and do acquire gender, racial and bureaucratic-administrative contents (to list just a sub-set of important possibilities). But under capitalism, it is the broad range of class practices connected to the circulation of capital, the reproduction of labour power and class relations, and the need to control labour power, that remains hegemonic".

famílias de alta renda criarem seus filhos. Uma cidade para relações de gênero pós-fordistas cuja representação é inovadora e feminina, enquanto que a cidade industrial era uma cidade de representação acuradamente masculina.

A autora define *generificação* como esse aspecto do processo de produção do espaço que contém noções de gênero pós-fordistas. O esforço na associação da nova cidade às mulheres faz parte de um contexto de lutas feministas que transformaram a condição das mulheres e das próprias cidades, mas também de uma situação geral mais ampla de desindustrialização de cidades tradicionalmente fabris na Europa (Liverpool, Liège, Rotterdam, Marseille etc.) e da situação global instaurada a partir da crise financeira de 2008 e o regime de acumulação flexível daí acentuado.

A cidade como negócio, na concorrência internacional de cidades, gera uma economia de serviços muito femininizada. A autora questiona que tipo de representação feminina é utilizada nesse contexto, visto que, adotando a teoria interseccional, assume que o gênero é um dos elementos que se combinam para a formação das relações sociais e que apenas um tipo de mulher é representado nesse processo de renovação das cidades ocidentais pós-industriais[13].

Nesse sentido, o gênero seria utilizado para produzir uma imagem de classe: famílias ricas e de classe média são representadas nos instrumentos de marketing das cidades e só servem para obstar as imagens da classe trabalhadora e das camadas mais precarizadas socialmente nas periferias desses ambientes urbanos. Menciona a autora:

> De fato, quando perguntamos como as cidades são generificadas, devemos também perguntar o que isso significa e para quem. Cidades generificadas podem se tornar mais inclusivas para mulheres que têm carreiras e famílias de duas rendas, ao custo da classe trabalhadora e da população urbana precarizada, tornando a aplicação de uma agenda emancipatória para mulheres potencialmente prejudiciais para os pobres urbanos (VAN DEN BERG, 2017, p. 11; tradução nossa)[14].

Ainda complementa, "O tipo de mulher que Rotterdam está buscando: escolarizada, assertiva, não tradicional (talvez até promiscua) que é pensada para ser necessária na aspirada nova economia pós-fordista"[15].

[13] Curiosamente, *A Vida e Morte de Grandes Cidades* de Jane Jacobs seria retomada agora pelos urbanistas da cidade pós-fordista, de acordo com a autora, visto que Jacobs preza pela espontaneidade e criatividade, valores com que esse futuro espaço urbano é vendido; uma visão "feminina" da cidade contemporânea, uma cidade de consumo, de usos mistos.

[14] No original: "Indeed, when we ask just how cities genderfy, we should also ask what this means for whom. Genderfying cities may become more inclusive for career women and dual-earner families at the cost of working-class and precarious urban populations, rendering the employment of an emancipatory agenda for women potentially harmful for the urban poor".

[15] No original: "The kind of woman that Rotterdam is looking for: the educated, assertive, nontraditional (maybe even promiscuous) woman that is thought to be needed for the aspired new, post-Fordist, economy".

Para explicar esse apelo, sugere o termo *generificação* como variação do conceito de *gentrificação*. Em geral, gentrificação é explicada como um processo no qual o espaço vive uma substituição de classe, sendo reproduzido para a ocupação de usuários mais abastados. Em outros termos, a autora enxerga uma experiência contemporânea de "gentrificação feminina branca e ocidental" em cidades europeias.

Saskia Sassen é outra autora escolhida para este grupo em razão de sua pesquisa sobre cidades globais. A globalização econômica reconfigurou propriedades fundamentais da territorialidade mundial. Há, segundo ela, um desmembramento crescente da territorialidade historicamente exclusiva associada ao estado-nação. O produto mais estratégico desse desmembramento é a cidade global.

A bibliografia sobre o tema da globalização frequentemente é marcada pela dinâmica econômica técnica e abstrata, neutralizando sua ênfase de gênero e excluindo um conjunto de trabalhadores, empresas e setores que não se encaixam nas suas representações. A proposta de Sassen (1996) é entender se há uma generificação nas dinâmicas e transformações estratégicas e como uma análise feminista deve se estruturar a partir daí[16].

As cidades globais, conforme desenvolve Sassen, são locais estratégicos para valorização do capital porque coordenam os processos econômicos globais. Por um lado, nessa coordenação, há um número crescente de profissionais mulheres altamente qualificadas fragilizam a associação histórica a homens de poder. Por outro lado, as cidades globais incorporam muitas mulheres imigrantes em atividades que atendem setores estratégicos. Ocorre que o modo como se dá essa incorporação é invisível e muito distinto historicamente da sociedade industrial, que formou uma "aristocracia operária", um nexo entre o capital e o trabalho não mais existente nessa nova dinâmica, que se constitui por um proletariado periférico.

Os estudos sobre a globalização ressaltam a hipermobilidade, as comunicações globais e a neutralização do espaço e da distância. Globalização, economia da informação e telemática indicariam que o lugar não importa mais e que o único tipo de trabalhador realmente importante é o profissional altamente qualificado.

Os mercados nacionais e globais, assim como as operações globalmente integradas, requerem espaços centrais onde o trabalho da globalização é feito. Assim, indústrias informacionais precisam de uma estrutura física que seja a hiperconcentração de serviços. Menciona a autora:

[16] A autora recupera três fases da bibliografia sobre gênero e globalização. Uma primeira fase disse respeito ao empreendedorismo e ao trabalho pago estimulados por empresas estrangeiras que dependiam do trabalho de subsistência doméstico feminino em diversos países, demonstrando uma articulação permanente entre as formas mais tradicionais e mais modernas de produção econômica que engendram a globalização. Uma segunda fase se dedicou à internacionalização da produção manufatureira e a feminização do proletariado junto a isso, especialmente nos países mais pobres, prevalecendo as mulheres em setores industriais muito característicos, como a de montagem eletrônica e de vestuários. A terceira fase sublinha as transformações de gênero, subjetividade feminista e participação das mulheres na política da globalização, como demonstram estudos sobre as mulheres imigrantes (SASSEN, 1996, p. 11-14).

> Uma vez que este processo de produção é trazido para a análise, vemos que as secretárias fazem parte dele, assim como as faxineiras dos prédios onde os profissionais fazem seu trabalho. Uma configuração econômica muito diferente daquela sugerida pelo conceito de economia da informação emerge. Recuperamos as condições materiais, os locais de produção e os limites espaciais que também fazem parte da globalização e da economia da informação (SASSEN, 1996, p. 16; tradução nossa)[17].

Ela continua problematizando a visão hegemônica sobre como surge a economia global, considerando a necessidade premente da fixação no espaço e a esfera da produção, primordial à sustentação de operações, coordenações e controles nas novas tecnologias informacionais que alimentam de poder as empresas transnacionais.

Recuperando a geografia dos espaços envolvidos, é possível ressaltar pessoas, trabalhadores, comunidades e culturas de trabalho apartadas da cultura de trabalho corporativo que se integram perifericamente à globalização.

> Uma análise detalhada das economias urbanas baseadas em serviços mostra que há considerável articulação de empresas, setores e trabalhadores que aparentemente têm pouca conexão com a economia urbana dominada por finanças e serviços especializados, mas na verdade cumprem uma série de funções que são parte integrante dessa economia. Eles fazem isso, no entanto, sob condições de assimetriais de ganhos sociais e, muitas vezes, sob a segmentação de sexo e raça/etnia (SASSEN, 1996, p. 19; tradução nossa)[18].

Silvia Federici, feminista italiana, muito embora não tenha se dedicado exatamente ao tema urbano, tem uma contribuição relevante para considerar a dimensão global da produção do espaço, dos papeis femininos e da reprodução do capital. Para tanto, a autora se baseia na noção da "acumulação primitiva" para investigar o novo regime de acumulação neoliberal.

Considera, bem como fazem outros autores, que a expansão do capital para o espaço-tempo exterior a ele é uma necessidade permanente para a sobrevivência de sua reprodução e, por isso, opina que a acumulação primitiva não é um processo datado da colonização europeia ou da caça às bruxas na transição do mundo feudal para o capitalismo, mas uma forma atual que vem atingindo um conjunto de recursos próprios para a reprodução social humana, o qual denomina "comuns".

[17] No original: "Once this production process is brought into the analysis, we see that secretaries are part of it, and so are the cleaners of the buildings where the professionals do their work. An economic configuration very different from that suggested by the concept information economy emerges. We recover the material conditions, production sites, and place-boundedness that are also part of globalization and the information economy".

[18] No original: "A detailed analysis of service-based urban economies shows that there is considerable articulation of firms, sectors, and workers who may appear as though they have little connection to an urban economy dominated by finance and specialized services, but in fact fulfill a series of functions that are an integral part of that economy. They do so, however, under conditions of sharp social, earnings, and, often, sex and racial/ethnic segmentation".

Fariam parte desse conjunto os recursos naturais, como a água e a terra, mas também direitos ceifados atualmente ao redor do globo, como os sistemas de previdência social (FEDERICI, 2016, p. 147). Consoante o que afirma, as representações do capital internacional, como o Banco Mundial, compreendem os bens comuns como estratégias de gestão neoliberal, especialmente desde a crise financeira mundial de 2008.

Federici prossegue dizendo que a apropriação capitalista dos comuns é parte de um processo contemporâneo mais amplo, no qual a forma-mercadoria é generalizada a todos os âmbitos da vida social. Menciona que:

> A acumulação capitalista é estruturalmente dependente da apropriação gratuita daquelas imensas áreas de trabalho que devem aparecer como externalidades ao mercado, como o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres realizam e ao qual os capitalistas confiaram a reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2016, p. 153).

No entanto, reconhece a autora que há um limite intransponível na mercantilização do trabalho doméstico, considerando que o trabalho humano seguirá sendo essencial para o cuidado das crianças, dos doentes e demais necessitados, além de irredutível à automação e ao desenvolvimento de formas tecnológicas de produção. Esta irredutibilidade ocorre em contradição com a expansão da privatização na esfera da reprodução da vida cotidiana, o que reforça o lugar da autora no rol dos trabalhos já expostos de outras intelectuais, a exemplo de quando considera que novas formas coletivas de vida e de gestão dos comuns se fazem necessárias.

Esta explicação da condição feminina num processo de transformações no capitalismo global se assemelha a de outros pensadores que trabalham com essa dubiedade internalidade-externalidade do capital para sua reprodução ampliada. Entre eles, também já referenciado aqui, David Harvey, em sua tese sobre acumulação por espoliação, desenvolve que a crise de sobreacumulação de capital no neoliberalismo produz estratégias a nível global de despossessão.

Para ele, desde a década de 1970, a financeirização da economia mundial, a expansão e a intensificação territorial formam o conjunto de medidas pelas quais o capital pode se apossar de novos ativos, sejam eles títulos financeiros, a própria força de trabalho e os recursos naturais. A diferença para Harvey entre acumulação primitiva e acumulação por espoliação é basicamente que a segunda, por corresponder ao processo em andamento da reprodução expandida, destrói caminhos já abertos (HARVEY, 2004, p. 135).

CONCLUSÃO

A breve apresentação da bibliografia feminista sobre o espaço urbano demonstra nuances nas abordagens sobre o espaço pelas intelectuais descritas. Em parte, retoma um longo e profundo debate a respeito da constituição de uma teoria social do espaço,

marcadamente original da sociologia urbana francesa, conforme apontam as críticas de Bonid & Peake, Dagenais e Massey.

Aparentemente, a denúncia e a investigação sobre a condição das cidades para mulheres se desdobram em pelo menos duas conclusões às autoras tratadas. A primeira delas é a de que as relações sociais de sexo refletem a produção do espaço. Como apregoa Massey, o espaço é a "extensão das relações sociais". Em outras palavras, o espaço espelha os papeis sociais femininos e masculinos, principalmente na cisão do urbano entre o público e o privado.

A segunda conclusão é de que a cidade, no entender propositivo de muitos dos trabalhos citados, deve existir como espaço de consumo coletivo, atendendo necessidades socialmente impostas às mulheres, como cuidar da prole, dos doentes e dos idosos, responsabilizar-se pela limpeza e conservação da casa, prover alimentos e deslocar-se para fazer compras domésticas.

Para algumas das autoras, a localização da habitação e do trabalho remunerado é chave para a superação dos dilemas contemporâneos da população feminina, que cresceu em participação no mercado de trabalho, mas permaneceu como referência dos trabalhos não pagos de manutenção e cuidados diários e geracionais. Nesse sentido, unir espacialmente produção, reprodução e consumo é a resposta elaborada pelas especialistas do planejamento urbano.

Muito embora tenham sido apresentadas as críticas, particularmente oriundas do segundo grupo, à obra *Questão Urbana* de Castells, algumas concepções de fundo rememoram a análise estruturalista do autor em questão. Isto porque o autor, em sua fase althusseriana, como já registrado aqui, defendia que o espaço que seria um subsistema de uma estrutura maior de funcionamento do capitalismo, orientado pelas mesmas leis que esta estrutura.

Nesse sentido, para as feministas citadas, as relações hierárquicas entre homens e mulheres, representadas pelo público e o privado, seriam um sistema mais amplo que abrangeria a produção espaço, marcado pela mesma cisão original. Não há, novamente citando Massey em sua crítica a Soja, que se falar numa teoria "pura" do espaço, mas do espaço como implicação de relações sociais gerais.

É o mesmo que afirma Castells, quando escreve que "Não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características da forma social particular, o espaço, e de sua articulação com outras formas e processos, historicamente dados" (CASTELLS, 1976, p. 124 apud GOTTDIENER, 2016, p. 120).

De outra parte, a lembrança da contribuição de Castells (mesmo não declarada), destacadamente das pesquisas do planejamento urbano, ocorre na dimensão de sua teoria do consumo coletivo. É certo que o autor, ao tratar da reprodução do ponto de vista do consumo coletivo, simplesmente não leva em consideração a esfera do consumo privado, das relações familiares e do papel familiar da mulher, considerando apenas o Estado e a cidade como elementos de análise. Mas não se vislumbra em vários dos textos feministas levantados

uma proposição que considerasse a *produção* do espaço como um cerne de questionamento, mantendo-se as críticas na dimensão de como o espaço é organizado como *locus* de consumo e reprodução, e não como mercadoria consumível e reprodutível.

Tratar o espaço como mero reflexo da divisão social de classes e tratar a divisão sexual e racial como a ênfase ou o aprofundamento dessa divisão social não redunda na crítica a uma visão estruturalista, e até funcionalista, do problema? A produção do espaço parece persistir como um "ponto cego".

O feminismo materialista contemporâneo, não necessariamente atento ao tema urbano, também tem no debate sobre a relação entre totalidade e particularidade seu centro de gravitação. Talvez de maneira semelhante ao sistema estruturalista da sociologia urbana, um outro erro incorre à parte da teoria feminista pós-estruturalista, que considera as relações de classe, raça e gênero como sistemas triplos, autônomos, mas em interação. Esta visão recorrentemente pode ser observada como tendência no movimento e em estudos mais recentes que essencializam as relações sociais, transformando-as em fonte de identidades estanques e esvaziando-as de conotação histórica.

Exploração, como a relação de expropriação de uma classe sobre a outra mediante o trabalho; opressão, enquanto forma de dominação e hierarquia social presente na família; e a espoliação, como forma de captura específica da mais valia global, seriam momentos concretos da totalidade constitutiva do capitalismo que, antes de ser um conjunto de leis puramente econômicas, é um complexo dinâmico de relações sociais.

Como descreve Arruzza,

> O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias (ARRUZZA, 2015, p. 48).

Formaria-se assim um "nó ontológico", nos termos definidos por Heleieth Saffioti (2013), amarrado pela produção socioespacial. A socialização dos indivíduos por meio do capital, a subordinação, portanto, da anunciada "emancipação feminina" à lógica da acumulação, ou seja, a expansão permanente do valor de troca para todas as esferas e espaços da vida, é o que determina a reprodução social.

Marx, no capítulo 21 d'O Capital, afirma:

> Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (MARX, 2013, p. 641).

Produção e reprodução constituem os termos essenciais do debate. E a pista deixada por Henri Lefebvre nesse sentido é relevante. Ele consegue esmiuçar, numa variedade de níveis, a capacidade do capitalismo em se reinventar a si e as suas contradições, a partir da acepção de que se constitui como totalidade aberta, e não como sistema fechado, nos termos estruturalistas. Diz ele:

> Os que acreditam no sistema incorrem em erro, pois não há totalidade completa, consumada. E, contudo, há, sem dúvida, um 'todo' que absorveu as suas condições históricas, assimilou os seus elementos, dominou algumas contradições, sem aceder por isso à coesão e homogeneidade que buscava. É isso que dá ao modo de produção, tal como ele se reproduz, o seu bem curioso aspecto: partes distintas e, contudo, formação de conjuntos, subsistemas acompanhados de choques no todo, níveis conjuntos e disjuntos, conexões, conflitos, coerências e contradições, tácticas e estratégias, fracassos e vitórias (LEFEBVRE, 1973, p. 9).

Assim, não se trata apenas de considerar a condição espacial e a condição feminina como possibilidades de reprodução da força de trabalho, seja o espaço como meio de consumo, sejam as mulheres como meios de reprodução biológica e doméstica. Mas sim de considera-los na reprodução social em sentido amplo, como fronteiras de acumulação para superação das contradições do capital que, sem resolvê-las, produz o seu movimento de "integração desintegradora" (LEFEBVRE, 2001, p. 102).

Observar as formas e funções do espaço e do gênero como processos em movimento permite questionar a esfera pública e a esfera privada como momentos estanques e formais nas explicações teóricas. Também dar relevo às vocações transformadas da mulher e do urbano na periferia do capitalismo revelam que muito do que se tece na crítica urbana feminista não corresponde às características dessa realidade. É esse olhar crítico que deve aprimorar a produção teórica feminista no campo do pensamento urbano.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista Outubro, n. 23, 1o semestre de 2015, p. 33-58. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/06/2015_1_04_CinziaArruza.pdf. Acesso em: 20/06/2018.

BONDI, Liz; PEAKE; Linda. Gender and the City: Urban Politics Revisited. In: LITTLE, Jo; PEAKE, Linda; RICHARDSON, Pat (ed.). Gender and the urban environment. Macmillan Education: London, 1988.

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: 6o ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. Observatório Geográfico, 1997. v. 1, p. 1 – 9. Disponível em:

http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf. Acesso em 20/06/2018.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

DAGENAIS, Huguette. Les femmes dans la ville et dans la sociologie urbaine : les multiples facettes d'une même oppression. Anthropologie et Sociétés, vol. 4, n. 1, p. 21–36. 1980. Disponível em: https://www.erudit.org/fr/revues/as/1980-v4-n1-as491/000946ar.pdf. Acesso em 20/06/2018.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

FORAN, Clare. How to Design a City for Women. Disponível em: https://www.citylab.com/transportation/2013/09/how-design-city-women/6739/. Acesso em 20/06/2018.

GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

HAYDEN, Dolores. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. Signs, Vol. 5, No. 3. Universidade de Chicago, 1981. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3173814. Acesso em: 20/06/2018.

_____. Redesigning the American Dream: The Future of Housing, Work, and Family Life. New York: W.W. Norton & Co., 1984.

HARVEY, David. From Managerialism to Entrepreneuralism: the Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. Geografiska Annaler, 71B(1), p.3-17, 1989.

_____. A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. A Re-produção das relações de produção. Porto: Edições Escorpião, 1973.

_____. Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MASSEY, Doreen. Space, Place and Gender. Minnesota: University of Minnesota Press, 1994.

MARX. O Capital, vol. 1, tomo I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCDOWELL, Linda. Towards the understanding of the gender division of urban space. Society and Space, vol. 1, 59–72, 1982.

MUXÍ, Zaida. Ciudad Próxima. Urbanismo sin Género. Revista Ingeniería y Territorio, 75, pp. 68-75. Barcelona, 2006.

_____ et. alli. ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?. Feminismo/s., 17, 105-129. Barcelona, 2011.

ROSE, Gillian. Feminism and Geography: the limits of geographical knowledge. Polity Press: Cambridge, 1993.

SAFFIOTTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTO ANDRÉ. Mulher e Espaço Urbano. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1992.

SASSEN, Saskia. Toward a Feminist Analytics of the Global Economy. Indiana Journal of Global Legal Studies 4 (1), 1996, p. 7–42.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

VAN DEN BERG. Marguerite. Gender in The Post-Fordist Urban: The Gender Revolution in Planning and Public Policy. Palgrave Pivot: Amsterdam, 2017.